



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1002374-64.2016.8.26.0566/01 - Controle nº 2016/000409**  
 Classe - Assunto: **Requisição de Pequeno Valor - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 Ent. Devedora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Vistos.

Trata-se de expediente de RPV proposto pela **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, relativo às verbas de sucumbência.

Foi determinada a expedição de ofício requisitório.

Ofício expedido em 02/02/2018.

O executado apresentou comprovante de depósito do valor atualizado.

A exequente concordou com o valor depositado e efetuou o levantamento do montante depositado.

Eis a síntese do necessário.

**DECIDO.**

O Município comprovou o pagamento das verbas sucumbenciais e a exequente promoveu o levantamento dos valores, não ofertando impugnação quanto ao montante. Assim, considerando a satisfação da obrigação pelo executado, julgo extinto o presente expediente de RPV, o que faço por analogia e com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Expeça-se ofício a DEPRE para providências quanto à extinção do precatório.

Após o trânsito em julgado, providencie a serventia a baixa do presente incidente, certifique-se no procedimento de cumprimento de sentença a presente decisão voltando aqueles autos conclusos e arquivando-se o presente expediente.

P.I.

São Carlos, 14 de junho de 2018.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**